

SALAZAR

DEUS, PÁTRIA, MARIA



Maria do Céu Ricardo

ISBN 972-46-0869-7

© Maria do Céu Ricardo

Direitos para Portugal reservados
por Editorial Notícias
Rua da Cruz da Carreira, 4 B 1150 Lisboa

Capa: José Sapinho

Edição n.º 01 301 066
1.ª edição: Novembro de 1997
Depósito legal n.º 117 800/97

Fotocomposição e fotolitos:
Multitipo — Artes Gráficas, Lda.
Impressão e acabamento:
Rolo & Filhos — Artes Gráficas, Lda.

COLECÇÃO EXCELSIOR

SALAZAR — DEUS, PÁTRIA, MARIA
PEÇA EM UM ACTO, DIVIDIDO EM TRÊS CENAS

MARIA DO CÉU RICARDO

SALAZAR DEUS, PÁTRIA, MARIA

PEÇA EM UM ACTO, DIVIDIDO EM TRÊS CENAS

PREFÁCIO

Confesso que ia algo apreensivo quando, acompanhado por um grupo de alunos de Mestrado, em Dezembro de 1995, entrei na sala do Maria Matos para ver a peça de Maria do Céu Ricardo, *Salazar: Deus, Pátria, Maria*.

Temia os riscos óbvios nas peças sobre este período histórico, ainda por cima, neste caso, sobre o quotidiano, quase sobre a privacidade do longo ditador, vistos, um e outra, através do «desabafo» em solilóquio da sua famosa governanta, a «dona Maria». Como evitar o lugar-comum, o burlesco, as costumeiras insinuações, a retórica ideológica?

Assistir à peça e ler o seu manuscrito, foi, por isso mesmo, uma agradável surpresa. A autora tinha superado, com singular singeleza, com notável rigor histórico, com discreta sensibilidade e de uma forma eficaz e interessante, as evidentes armadilhas que o propósito continha. Não sendo, nem tendo a menor pretensão de ser nada de aparentado com o crítico teatral, devo dizer que, como espectador, primeiro, como historiador, depois, este «monólogo da D. Maria» me tocou pela sóbria autenticidade da personagem, do seu lugar e do seu tempo. Sendo que, para isso, a

excelente representação de Márcia Breia terá tido um papel essencial.

Na realidade, a partir da cozinha de S. Bento, a partir do privado e através das reflexões solitárias da sua eterna e fiel governanta, sugere-se e repassa a natureza particular do poder e do seu quotidiano, a personalidade ambígua do seu chefe nas suas relações com o político e o privado, o perfil dramático e contraditório da mulher que o servia, a época de crise e a viragem que se anunciava.

Um irrestrito poder político pessoal que na intimidade se cruzava com as compotas das «manas», o rol da mercearia, as galinhas e as capoeiras do quintal, os canos entupidos da pia, as contas do muro do senhor Ilídio no Vimieiro, os quinhões do milho e da horta nos lameiros da terra... Essa dimensão doméstica, rural, prudente e resignada do «viver habitualmente» com que se quisera moldar e fixar o ideário e a vida de toda a sociedade. Em finais dos anos 50, Salazar é, definitivamente, um homem de outro tempo, que faz compromissos com a modernidade sem jamais a seguir.

Um chefe que sob a imagem fabricada e algo fradesca do desaparecimento pelo poder e do «sacrifício», cultivara como nenhum político português deste século a arte de saber durar, servida por uma vontade férrea, uma inteligência fria, uma decisão implacável e um instinto de sobrevivência invulgar. A solidão, as depressões, o rancor contido, o desprezo e desconfiança pelo comum dos mortais, eram a outra face da moeda, a face privada do microcosmos de S. Bento. Num viver meticuloso, entre sextas, refeições a horas, passeios no jardim, anotações nas célebres agendas vermelhas. O preço deste celibato oficial em ares de nação, haveria de

ser a incapacidade da família, a impossível relação amorosa com as mulheres, ou o simulacro algo patético de ambas, através das «afilhadas» ou de *flirts* secretos, fugidios ou abruptamente interrompidos.

Mas um dos aspectos mais conseguidos da peça será, penso eu, o retrato complexo, rico, contraditório, da única personagem em palco, «a dona Maria». Cozinheira, governanta, secretária, alcoviteira de empenhos e de pequena política, serviçal fiel que Salazar trouxera dos Grilos, de Coimbra, desde que o bispo de Viseu a «cedera» e recomendara. Aquela que ficava, enquanto os outros e as outras passavam.

A mulher marcada pela amargura da renúncia, cuja devoção total a faz recalcar a esperança indizível e inalcançável do amor, reprimir o ciúme para servir as «senhoras» do «senhor doutor» ou acatar a concorrência afectiva das «manas», engolir em silêncio o vexame e a ingratidão de nunca passar da eterna criada. Mas que, simultaneamente, não esconde o deslumbramento pelo despotismo mesquinho, pelo prestígio, pelo temor que, ao nível da criadagem, das vendedeiras, mas também das mulheres dos altos funcionários do regime, a sua posição lhe permite ou infunde.

A mulher do campo, beata, reaccionária, amiga, sobre tudo o mais, da «ordem» e do «respeito» e com uma aspiração singela por ideal de vida: a paz de uma casita com uma leira, como lhe prometera o «senhor doutor», ou, esperança mais longínqua, retirar-se com ele para o Vimieiro, como se fossem só os dois, no caso de ele sair da política — bem o prometia e não fazia — ou de o General Delgado fazer o que prometia, o que quase chegava a desejar, não fora o risco

de futuro incerto. O retrato, de certa forma, daquilo que Salazar queria que os portugueses fossem...

Mas, percebe-se portas adentro da cozinha de S. Bento, com a campanha do General Delgado, que esse mundo quieto, submetido e respeitoso sofrera um abalo irremediável. Da sua volta pela praça, Maria sente que o ambiente mudou, que Delgado «deu a volta à cabeça do povo», que o medo acabou («andarão o Santos Costa e a polícia a dormir?»), que o bispo do Porto também já fala: «pela primeira vez sinto que ele um dia pode acabar...».

Mal sabia ela, na altura, que o homem que servia sobreviveria a essa e outras crises durante mais dez anos, só derrubado pela natureza, à míngua da força ou do engenho dos homens. E que lá ia ficar sempre ao pé dele como previa e desejava, quando quase todos o deixaram, até ao fim, e depois do fim.

Como é mais fácil dizê-lo em bom teatro do que num punhado de teses académicas!

Lisboa, Setembro de 1997

FERNANDO ROSAS